

### 3 EM BUSCA DE RENOVAÇÃO PAROQUIAL

O exposto aqui situou-nos nos atuais acontecimentos concernentes à dinâmica sociocultural religiosa, na qual novas formas de crer e pertencer se fazem presentes. Vemos de um lado o individualismo exacerbado, cujo alcance não poupa nem mesmo a religião. De outro lado, temos a sede de convívio, a busca pela espiritualidade, conforme nos mostram as novas comunidades eclesiais. O cenário é complexo. Porém, é nele e não apesar dele que a paróquia hoje deve realizar sua renovação eclesial.

#### 3.1 Origem da paróquia

Conhecer a origem e a evolução da instituição eclesial paroquial torna-se um imperativo diante da proposta de revitalização da estrutura paroquial. Sem a pretensão de sermos exaustivos em sua abordagem histórica, revisitaremos os principais momentos históricos da vida da paróquia<sup>1</sup>.

A origem da instituição paroquial remonta ao século IV, de acordo com os historiadores<sup>2</sup>. Alguns acontecimentos históricos deste período foram determinantes para seu surgimento, dentre eles o edito de Milão, de Constantino, de 313, o qual reconhece o cristianismo como religião lícita, dando aos cristãos o direito de se organizar e expressar sua fé. Mais tarde, em 381, Teodósio oficializa o cristianismo como religião do Império. É neste contexto que é implantado o modelo paroquial. Com o crescimento vertiginoso de cristãos em todas as partes do império romano e com o surgimento de novas comunidades, sobretudo nas áreas rurais, a Igreja, até então centrada nas cidades, já não conseguindo fazer-se

---

<sup>1</sup> Cf. entre outros, COMBLIN, J. *Teologia da Cidade*. São Paulo: Paulinas, 1991; ANDRADE, D. R. *Reinventar a paróquia? Sonhar em tempo de incertezas*. São Paulo: Loyola, 2006; KREUTZ, I. J. *A paróquia: lugar privilegiado da ação pastoral da Igreja. Comentário jurídico-pastoral ao Código de 1983*. São Paulo: Loyola, 1989.

<sup>1</sup> BORRAS, A. *Les communautés paroissiales. Droit canoniques et perspectives pastorales*. Paris: Cerf, 1996.

<sup>2</sup> Cf. BORRAS, A., op. cit., p.15.

presente em todos os ambientes onde havia cristãos, viu a necessidade de repensar sua atuação pastoral: criam-se novas comunidades, dividem-se outras, marca-se presença entre os mais afastados, sobretudo no mundo rural. Dito de outra forma, diante de uma sociedade aberta ao cristianismo, foi preciso buscar respostas eclesiais aos novos desafios.

O número de cátedras episcopais não corresponde mais ao número de Igrejas, donde a necessidade destas serem assistidas por presbíteros, que se deslocam para as comunidades mais afastadas. Surgem então núcleos de fiéis nos campos, e para lá são enviados os auxiliares dos bispos, cuja principal função era a de pregação e administração de alguns sacramentos. Inicia-se então um processo de descentralização da estrutura eclesial, ou seja, a passagem de uma configuração urbana, cujo modelo era a de ‘comunidade episcopal’, ou catedral, isto é, um bispo para cada cidade, e uma Igreja para cada cidade, auxiliados por presbíteros e diáconos<sup>3</sup>, para o modelo matriz com suas filiais espalhadas pelos campos.

Era inimaginável nos primeiros séculos do cristianismo comunidades sem bispo. Até então o cristianismo era essencialmente um fenômeno urbano, havendo na cidade um só bispo, e uma só Igreja, com vários lugares de reunião, sobretudo nas casas, igrejas domésticas<sup>4</sup>. Paulo, em Rm 16, 3-5 menciona exemplos de igreja doméstica. Ele mesmo se reunia em casas e liderou uma igreja em uma casa alugada (At 28,30). Novas comunidades surgiam de modo bastante espontâneo, segundo a necessidade<sup>5</sup>.

Bispo, presbíteros e diáconos trabalhavam em plena harmonia nas comunidades. Interessante a afirmação de Koning:

Nas grandes cidades, como Roma e Alexandria, não existiam paróquias, mas comunidades unidas à comunidade principal da cidade. O que constituía a unidade da Igreja local não era um edifício de culto ou uma região geográfica administrativa, mas sim o bispo e o presbitério, vinculados<sup>6</sup>.

A partir do século IV, a Igreja muda institucionalmente, surgindo diocese com suas paróquias, embora sua estruturação territorial bem como a nomenclatura

<sup>3</sup> Cf. ANDRADE, D. R., op. cit., p. 17.

<sup>4</sup> Cf. COMBLIM, J. *Teologia da cidade*, op. cit., p. 200 ss.

<sup>5</sup> Cf. JEFFERS, J. S. *Conflito em Roma. Ordem social e hierarquia no cristianismo primitivo*. São Paulo: Loyola, 1995, p.69

<sup>6</sup> KÖNING, A. *Paróquia, mundo urbano e comunidade*. Revista Eclesiástica Brasileira. Petrópolis: Vozes, v. 54, fasc. 213, 1994, p. 151.

diocese e paróquia sejam posteriores<sup>7</sup>. Ao final dos séculos V e VI, os presbíteros começam a se fixar no ambiente rural, e começam a ser chamados de ‘sacerdos’<sup>8</sup>. A figura do padre vai paulatinamente ganhando destaque, e a paróquia recebe uma certa autonomia. Paulatinamente iniciam-se as grandes construções para as celebrações, as quais até então eram realizadas preponderantemente nas casas. Com cristãos em massa, apoiados por Constantino, a Igreja recebe basílicas e constrói outras. Na sede episcopal de Antioquia, em 340, celebrou-se a consagração de uma imponente basílica construída pelo imperador Constantino e seu filho. Nesta mesma data e no mesmo local, um concílio, com a participação de 87 bispos estabeleceu a seguinte norma: “Cada bispo é mestre de sua diocese, a qual deve governar, respeitando os direitos de cada um. Deve, igualmente, cuidar das comunidades rurais subordinadas à sua cidade episcopal, destinar-lhes padres e diáconos, procedendo em tudo com discernimento”<sup>9</sup>.

Em meio a todas estas transformações, diminui o espírito missionário, atropela-se o catecumenato, prevalece o batismo de crianças, além de outros retrocessos eclesiais comunitários.

Portanto, a partir do quarto século uma nova configuração eclesial começa a ganhar corpo, cujo modelo é o de Igreja-mãe com suas filiais instaladas em regiões distantes<sup>10</sup>, vigente até hoje. Além da passagem de uma Igreja doméstica para a Igreja de massa, importa perceber igualmente a passagem de uma estrutura episcopal e urbana, isto é, Igreja na cidade, animada pelo bispo e auxiliares, para um modelo tipicamente rural.

Por volta do século décimo, a paróquia atravessa uma profunda crise política. Já totalmente no espírito de cristandade, a paróquia cai sob o domínio dos feudos. A arbitrariedade dos senhores feudais multiplicavam as paróquias, nomeavam os párocos com interesses de obter vantagem nas taxas, impostos e dízimos, instituídos por Carlos Magno<sup>11</sup>.

Nas cidades aparecem várias paróquias; divide-se o território diocesano em paróquia. Nesta época as paróquias são propriedades dos senhores feudais. A

---

<sup>7</sup> Cf. ANDRADE, D. R., op. cit. p. 21.

<sup>8</sup> Cf. BORRAS, op. cit., p.15.

<sup>9</sup> Cf. ANDRADE, D. op. cit., 19-20.

<sup>10</sup> Cf. ANDRADE, D. R., op. cit., p. 19.

<sup>11</sup> Cf. COMBLIN, J. “A Paróquia ontem, hoje e amanhã”. In: *A paróquia ontem, hoje e amanhã*. Simpósio. Petrópolis: Vozes, 1967, p. 7.

relação entre párocos e fieis é de direito-dever, ou seja, os preceitos e obrigações são impostos aos fieis.

É o papa Gregório VII que consegue libertar a paróquia do domínio feudal e da simonia, porém ela nunca mais recuperou sua vitalidade pastoral. São os mosteiros e a vida religiosa, no século XII, o centro irradiador da fé cristã. Elas darão à vida cristã um impulso renovador. No século XIII aparecem os mendicantes, com Francisco de Assis e Domingo. Nesta época as paróquias exercem muito mais uma função administrativa do que pastoral. É nas igrejas dos frades que acontecem as devoções. Surgem as Ordens Terceiras, o catolicismo de irmandade<sup>12</sup>.

O concílio de Trento reforçou a centralidade da paróquia na vida da Igreja. Estimulou ao máximo a criação de paróquias a fim de atender as demandas. Afirma-se a divisão do território da diocese em paróquias, com limites geográficos, sacerdote próprio, o que modifica definitivamente a relação entre cidade e Igreja, mantida nas comunidades primitivas. São os religiosos que nesta época entram no coração das cidades. O Código de Direito Canônico de 1917, no canôn 1, vai confirmar a divisão.

No Brasil, no fim do Império as Ordens religiosas entram em decadência. Em 1855 o decreto imperial fecha os noviciados e a paróquia é a única presença da Igreja católica nas cidades do interior. Sozinhos, os vigários têm que se dedicar quase exclusivamente às questões administrativas e mal consegue cumprir os atos de preceitos religiosos<sup>13</sup>.

Tentativas de renovação ocorreram ainda antes do Concílio Vaticano II, na busca de uma efetiva presença cristã na sociedade, como exemplo, o ‘Movimento litúrgico’, o Movimento de Padres Operários, a Ação Católica.

A partir do Concilio Vaticano II, as paróquias ganham cada vez mais atenção e cresce a percepção da urgência de sua renovação. Vários são os documentos e decretos conciliares e pós-conciliares que trazem à tona a temática da vida paroquial. Tais documentos serão visitados ao longo do capítulo.

Enfim, importante é perceber que a atual instituição paroquial é resultado de mutações históricas. Vigente até os dias de hoje, o atual modelo paroquial,

---

<sup>12</sup> Cf. Ibid. p. 8.

<sup>13</sup> Cf. Ibid. p., 6-9.

resultado de fatores socioculturais, foi implantado num contexto rural, num mundo já aos moldes da cristandade, que sem sombra de dúvida adaptou-se e respondeu às exigências de seu tempo. Contudo, hoje, diante de um contexto de alta e acelerada urbanização com todas as suas conseqüências, tal modelo encontra dificuldades na transmissão de sua mensagem.

### 3.2. Crise paroquial e urbanização

Complexa, plural, policêntrica, móvel, a realidade sociocultural-religiosa hodierna apresenta enormes desafios à Igreja e à ação evangelizadora, de tal forma que as estruturas eclesiais têm sido constantemente objeto de discussões, análises, questionamentos, críticas em todas as áreas do saber. Teólogos, pastoralistas, sociólogos da religião, historiadores têm percebido a atual crise eclesial advinda do processo de urbanização.

Todo o edifício teológico é ‘abalado’, mas sobretudo a eclesiologia é que sente mais de perto os efeitos dos ventos urbanos. Dentre as instituições que mais tem sentido os abalos da cultura urbana, destaca-se a instituição paroquial. Não é de hoje a afirmação da crise da paróquia. Tão logo chegou a urbanização à paróquia, instituição adaptado ao ambiente rural e nascida num contexto de cristandade, começa ela a se sentir um objeto estranho ao seu meio. Por ser uma realidade encarnada na história, ela não está isenta dos efeitos e características do atual momento sociocultural. As profundas mudanças socioculturais, vista ao longo do primeiro capítulo, afetaram a Igreja e sua configuração institucional. Todas as características da atual sociedade pluralista lançam novas exigências à Igreja, que por sua vez se vê limitada com sua pastoral tradicional<sup>14</sup>.

O sacerdote Comblin é sem dúvida um dos mais críticos ao descompasso existente entre o modelo eclesial paroquial e lógica da cultura urbana. Segundo ele, “a paróquia sobrevirá até que desapareçam os últimos representantes da antiga cristandade”<sup>15</sup>. É visível, o descompasso entre os mecanismos que regem a sociedade urbana, e o vigente sistema paroquial<sup>16</sup>. Diante de um mundo em plena privatização religiosa a paróquia já não mais carrega consigo a prerrogativa

<sup>14</sup> Cf. MIRANDA, M. F. *A Igreja numa sociedade fragmentada*, op. cit., p. 66.

<sup>15</sup> COMBLIM, J. *Os desafios da cidade no século XXI*. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2002, p. 48.

<sup>16</sup> Cf. ANDRADE, D. A. op. cit., p.22.

reguladora que possuía na sociedade tradicional<sup>17</sup>. O mundo rural e de cristandade, na qual a paróquia nasceu, lhe permitia apoiar-se nos espaços definidos e estáveis e fazer uso da hierarquia. Por séculos tal estrutura respondeu às necessidades de seu contexto. Adaptou-se ela muito bem ao mundo da época, mas “a situação mudou e o sistema sobreviveu. Hoje é apenas anacronismo: anacronismo que mantém, por outro lado, na pastoral, certo ruralismo difícil de vencer”<sup>18</sup>. Longe dos ares da cristandade, somado às profundas transformações em todas as áreas culturais, e confrontada ao espírito da secularização, tornam-se visíveis o cansaço e a insuficiência do modelo paroquial vigente.

O acelerado processo de urbanização atinge a paroquial no que ela tem de mais essencial, ou seja, a dimensão comunitária. Esta sempre foi para a paróquia sua identidade mesma. Enquanto que o institucional, o território são realidades circunstanciais e históricas, a comunidade é para a paróquia uma questão teológica, por isso mesmo irrenunciável<sup>19</sup>. Todas as mudanças estruturais ao longo da história tiveram em vista a garantia da vivência comunitária da fé. “O que levou à criação da paróquia foi a necessidade de subdividir, para que houvesse uma verdadeira comunidade de pessoas que se conhecessem e se auxiliassem e não um aglomerado de cristãos desconhecidos”<sup>20</sup>. Quando não consegue mais acompanhar as comunidades fora da cidade, a paróquia vai, então, para o campo formar comunidades. Reside aqui igualmente o sentido etimológico da paróquia, a igreja que se encontra ao redor da casa, isto é, ao redor de onde as pessoas estão<sup>21</sup>.

<sup>17</sup> Cf. SORAVITO, L.; BRESSAN, L. *Il Rinnovamento della parrocchia in una società che cambia*. Padova: Messaggero di Sant'Antonio, 2007, p. 15.

<sup>18</sup> COMBLIM J. *Teologia da cidade*, op. cit., p 188.

<sup>19</sup> AMADO, J. P. “Experiência eclesial em mundo urbano: pressupostos e concretizações” (2º parte). In: *Atualidade Teológica*. Revista Semestral do Departamento de Teologia da PUC-Rio, ano V, v.9, julho/dezembro 2001, p. 162.

<sup>20</sup> BRATTI, P. “O futuro da paróquia urbana”. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis:Vozes, v.36, fasc.143, 1976, p. 655.

<sup>21</sup> Cf. MACCHIONI, G., L. *Évangélisation dans l'oikos*. Nouan-le-Fuzelier: Pneumathèque, 1996, p. 53-65. Em sua origem, o termo paróquia vem do substantivo grego, *paroikía* e do verbo *paroikêin*, que significa viver junto a, ou habitar nas proximidades. *Paroikos* se refere a vizinho. No Novo Testamento a palavra paróquia aparece somente duas vezes At 13,17 e 1 Pd 1,17 referindo se como no antigo Testamento ao estrangeiro, não possuidor dos direitos da cidadania. Assim, paróquia se refere tanto ao fato da comunidade crista em si, reunida, como à transitoriedade da existência humana neste mundo.

A grande pergunta que não se cala é: Pode hoje a paróquia ser uma comunidade eclesial?<sup>22</sup>. Tal pergunta é de vital importância, uma vez que comunidade é questão teológica e irrenunciável, identidade mesma da paróquia, ao passo que outros elementos são históricos e mutáveis, conforme visto acima<sup>23</sup>.

Comunidade na discussão teológica é uma associação vital orgânica, fruto de uma vontade natural, cujas características são de intimidade, partilha, confiança, solidariedade. Sociedade, ao contrário, seria resultado da soma dos indivíduos, não voluntária, mas artificial<sup>24</sup>. Portanto, comunidade e sociedade se distinguem, sobretudo pelo ‘nós’ que atrai e une o grupo. Se distinguem ainda pela capacidade de dar reconhecimento ao sujeito, que deseja ter sua personalidade reconhecida. “Aqui eu sou gente”, expressa um membro da comunidade da Bom Pastor. Tal capacidade de inclusão, o atual modelo paroquial deixa a desejar.

O sentimento de pertença, as relações espontâneas e afetivas, tão centrais para o homem urbanizado, não são o lado forte da paróquia. “Para a maioria das pessoas a Igreja paroquial não passa de uma das muitas igrejas na cidade onde se pode assistir à S. Missa”<sup>25</sup>. Identifica-se ela mais a uma prestadora de serviço religioso, onde reinam relações impessoais, ou ainda, a uma entidade jurídica com fins religiosos<sup>26</sup>. Diferentemente de pequenas e novas comunidades, cujos líderes exercem uma função significativa no grupo, os ministros das paróquias têm contato casual e funcional com seus membros.

Se formava comunidade no mundo rural, lá onde os pressupostos eram distintos dos atuais, hoje a configuração comunitária da paróquia já não consegue mais ser o espaço de pessoas que, unidas pela fé, partilham a própria vida. A atual configuração histórica não corresponde ao teológico comunidade. Já não é mais ela o lugar, senão de uma pequena parcela, da experiência comunitária, da participação ativa e responsável, da formação cristã, da celebração da fé, da transformação da vida e da consciência, da solidariedade, do compromisso sociotransformador.

<sup>22</sup> Cf. DEELEN G. Pode a paróquia urbana ser uma comunidade? Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis: Vozes, v. 25, fasc. 9, p. 49-58, 1965.

<sup>23</sup> Cf. AMADO, J. P. “Experiência eclesial em mundo urbano, op. cit. In: *Atualidade Teológica*, n. 9, op. cit., p. 162.

<sup>24</sup> Cf. GUIMARÃES, A. R. *Comunidades de Base no Brasil. Uma nova maneira de ser Igreja*. Vozes, Petrópolis, 1978, pp. 76-80.

<sup>25</sup> Cf. DEELEN, G., op. cit., pp. 49-58.

A atual realidade paroquial é resultado de uma configuração criada dentro de um quadro cultural onde comunidade sociocultural e território se identificam. Em um ambiente onde catolicismo e cultura, espaço geográfico e espaço da fé estavam unidos, tal modelo eclesial não fornecia maiores problemas para a vivência comunitária. Contudo, hoje, num novo contexto eclesial, no qual fé cristã e contexto cultural são distintos, é visível a crise comunitária paroquial<sup>27</sup>.

### 3.3 Necessidade de renovação

Apesar de opiniões mais céticas quanto ao futuro da paróquia, sua pertinência eclesial não pode sem mais ser desconsiderada. A atual tensão paroquial, conforme visto anteriormente, está na dificuldade desta em se estruturar comunitariamente no contexto de aguda urbanização. Não obstante tal limitação, trata-se de uma instituição que muito tem a oferecer à Igreja na medida em que conseguir recuperar sua identidade comunitária. Conforme recorda Aparecida, retomando a Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Ecclesia in America*, n. 41, “as Paróquias são células vivas da Igreja e lugares privilegiados em que a maioria dos fiéis tem uma experiência concreta de Jesus Cristo e da Igreja”(DA 304).

Sendo a paróquia a organização eclesial mais recorrente na igreja, ocupa um espaço real e significativo de iniciativas eclesiais. Por fazer parte da identidade católica cristã, pela respeitável dimensão simbólica de referência para o cristão, e por ser ainda a porta de entrada mais imediata para a maioria dos fiéis<sup>28</sup>, torna-se oportuno empreender corajosos esforços de revitalização da paróquia, cujo objetivo está no resgate da experiência eclesial comunitária, necessário para isso novos modelos comunitários<sup>29</sup>. Novos modelos e iniciativas estão aí, como mostrou-nos o estudo das novas comunidades, questionando estruturas caducas e mostrando que é possível pensar novas configurações eclesiais.

Muito pertinente a intuição de Bestarde Joan para quem a paróquia atualmente se apresenta com uma realidade eclesial insubstituível e

<sup>26</sup> Cf. *Ibid.*, p. 56.

<sup>27</sup> Cf. AMADO J. P. *Igreja & comunidades – Aspectos pastorais* (texto não publicado).

<sup>28</sup> Cf. SORAVITO, L.; BRESSAN, L., *op. cit.*, p. 19.

<sup>29</sup> AMADO, J. P. “Experiência eclesial em mundo urbano (2º parte), *op. cit. In Atualidade Teológica*, v. 9, *op. cit.*, p.163.

insustentável<sup>30</sup>. Segundo o autor, a vida paroquial conserva sua vitalidade e importância, porém se não passar por profundas e ousadas modificações tornar-se-á cada vez mais insustentável num mundo urbano em constante movimento. Quanto maior o grau de urbanização em um determinado ambiente, tanto mais ela se torna insustentável, por não gerar experiência comunitária eclesial.

Portanto, tão evidente quanto à crise do modelo paroquial é a urgente necessidade de renová-la, a fim de que ela possa responder aos desafios que o mundo urbano lhe impõe, resgatando sua identidade comunitária, tornando-se ‘comunidade de comunidades’ (DA 179), comunhão-comunidade, certos de que “o ponto irrenunciável no conceito de paróquia é a estabilidade dos laços comunitários”<sup>31</sup>.

Daí a urgência de profundas e rápidas mudanças estruturais e pastorais, além da mudança de mentalidade de quem está à frente da Igreja, para que a paróquia recupere seu sentido original, isto é, Igreja ao redor da casa. Urgente é repensar a organização das paróquias, suas estruturas internas e externas, a concepção que ela tem de si mesma, seus métodos e práticas pastorais, buscar novos caminhos, renovados métodos e linguagens, práticas mais adequadas, para que a paróquia volte a ser comunidade, e mais do que isso, ‘comunidade de comunidades’, comunicando assim a Boa Nova no mundo atual<sup>32</sup>.

Percebe-se, portanto, que o pano de fundo da reforma paroquial está na experiência de Deus e experiência comunitária. Todas as mudanças efetuadas deverão ter como princípio tal pressuposto.

A tarefa de renovação paroquial requer, antes de mais nada, que se repense os pressupostos sobre os quais a ação pastoral paroquial está alicerçada. No atual estágio de urbanização, marcado pelo pluralismo, mobilidade, subjetividade, desterritorialização, fragmentação, individualismo, incoerência pastoral seria permanecer nos pressupostos de comportamento que não mais são os da lógica da atual organização sociocultural. Não sendo mais a atual sociedade cristã, os valores buscados e suas práticas já não são mais os mesmo do passado. Daí a

---

<sup>30</sup> Cf. BESTARD, J. “La Parroquia, institución Eclesial isustituible e insuficiente”. In *Phase Revista de Pastoral Litúrgica*. Parroquia y vida litúrgica – Julio-agosto, n. 208, 1995, pp. 267-280.

<sup>31</sup> AMADO, J. P. “Experiência eclesial em mundo urbano (2ª parte) op. cit. In: *Atualidade Teológica*, v. 9, op. cit., p. 200.

<sup>32</sup> Cf. PAYÁ, M. *Paróquia, comunidade evangelizadora*. São Paulo: Ave Maria, 2005, p. 11.

insustentabilidade de uma ação evangelizadora missionária cuja principal preocupação está na manutenção comportamental<sup>33</sup>.

Reportamo-nos aqui ao princípio ‘mudar para conservar’, que diz respeito à coragem e ousadia para modificar os pressupostos históricos na garantia daquilo que é teologicamente irrenunciável para a identidade da paróquia. Nunca é demais reafirmar que teológico neste caso é a comunidade, a fé, o testemunho cristão; questões como configuração institucional, costumes, territorialidade, são realidades históricas. Na mesma perspectiva, Djalma Rodrigues chama a atenção para a urgência de ‘reinventar a paróquia’ permanecer no que é essencial, perene, sem medo de abrir mão do provisório<sup>34</sup>. As mudanças socioculturais-religiosas atingem também a Igreja, que não pode ficar presa a modelos do passado que já não mais transmitem a mensagem cristã<sup>35</sup>. Cientes de que o atual modelo paroquial não é o único ao longo da história, a vida paróquia é chamada a adaptar-se à realidade na qual está inserida e para a qual deve anunciar o Evangelho.

A intuição de Joel Portela é significativa ao apontar para a necessidade de mudanças, atentos ao contexto histórico na qual a Igreja está encarnada:

Ao anúncio do Deus da Revelação, deve corresponder uma experiência de Igreja, a qual, sem perder sua identidade sobrenatural, configura-se em propostas, objetivos, planejamentos e estruturas. Tais configurações, por sua vez, são construídas através de um significativo processo de articulação que considere, de um lado, as verdades fundamentais da Revelação e, de outro, as categorias socioculturais de cada tempo e espaço<sup>36</sup>.

A Igreja precisa haurir do seu contexto sociocultural a linguagem adequada para transmitir a fé, bem como encontrar a estrutura concreta para se organizar. A isso chamamos de inculturação da fé e uma fé inculturada. De acordo com Aparecida, ‘a Igreja não pode prescindir do contexto histórico onde vivem seus membros’ ( DA 367). Na mesma intuição, França Miranda relembra, que a Igreja “não só pode, mas deve se configurar na história conforme os desafios do

<sup>33</sup> Cf. AMADO, J. P. “Experiência eclesial em mundo urbano (1º parte), op. cit.. In *Atualidade Teológica*, v. 8, op. cit., p. 29.

<sup>34</sup> Cf. ANDRADE, D. R., op. cit., p. 15.

<sup>35</sup> Cf. MIRANDA, M. F. “A eclesiologia do Documento de Aparecida”. *Revista Eclesiástica Brasileira*, fasc. 268, v. 67, outubro, 2007, p. 858.

<sup>36</sup> AMADO, J. P. “Experiência eclesial em mundo urbano (1º parte), op. cit. In: *Atualidade Teológica*, v. 8, op. cit., p. 25.

contexto e do tempo”<sup>37</sup>. Tal dinâmica aponta para a necessidade de conhecer o momento presente, dialogar com a realidade hodierna, e a partir de tal postura dialogal, descobrir novos caminhos para transmitir o Evangelho, que por sua vez enriquecerá tal cultura.

Torna-se evidente, portanto, a centralidade da pastoral paroquial na vida de Igreja e a urgência de repensá-la. Não é de hoje que os documentos eclesiais pedem esforços de renovação. A Exortação apostólica Pós-Sinodal *Christifideli Laici* 26, de João Paulo II afirma:

A comunhão eclesial, embora possua sempre uma dimensão universal, encontra sua expressão mais imediata e visível na paróquia ... É necessário que todos redescubramos, na fé, a verdadeira face da paróquia, ou seja, o próprio mistério da Igreja presente e operante nela.

Aparecida, com especial vigor, chamou a atenção para a reformulação das estruturas eclesiais, sobretudo a paróquia. “Nenhuma comunidade deve isentar-se de entrar decididamente, com todas as forças, nos processos constantes de renovação missionária e de abandonar as ultrapassadas estruturas que já não favoreçam a transmissão da fé” (365).

Ainda segundo o documento da V Conferência,

A renovação das paróquias no início do terceiro milênio exige a reformulação de suas estruturas, para que seja uma rede de comunidades e grupos, capazes de se articular conseguindo que seus membros se situam realmente discípulos e missionários de Jesus Cristo em comunhão (DA 172) .

A partir do Concílio Vaticano II, a Igreja entra em estado de revisão e *aggiornamento*, e sua estrutura eclesial mais importante não pode fugir dessa tarefa. Torna-se imprescindível reafirmar e redescobrir o valor da paróquia, encontrar novos meios, modificar suas estruturas para resgatar o rosto de uma Igreja comunidade, que dará testemunho de sua fé num mundo marcado por tamanho individualismo e injustiça social.

---

<sup>37</sup> MIRANDA, M. F. *A Igreja numa sociedade fragmentada*, op. cit., 332p.

### 3.4

#### O contexto urbano: chance de desafio para a renovação paroquial

Cientes do abismo existente entre o atual contexto de urbanização e a vigente estrutura paroquial, atitude urgente para a pastoral paroquial, sem a qual o processo de renovação torna-se paliativo, é assumir um compromisso com a lógica urbana. Por contexto urbano entende-se as mudanças socioculturais surgidas nas últimas décadas, presentes em todas as partes do mundo em função dos meios de comunicação e tecnológicas, sobretudo a informática<sup>38</sup>. Neste sentido urbano e cidade não podem ser simplesmente traduzidos como sinônimos, embora “o fenômeno urbano atual move-se sobre as cidades, usando-as para se alimentar e para se difundir, transportando-se com excessiva rapidez para outras localidades físicas desde que necessário para a sua sobrevivência<sup>39</sup>.” Urbano deve ser abordado a partir de um enfoque mais abrangente que o geográfico, uma vez que nos ambientes considerados rurais, com maior ou menor intensidade, se verifica a presença das características urbanas. Os autores hoje preferem classificar o fenômeno urbano em três etapas, interligados entre si, que dependendo do contexto se percebe a predominância de um sobre os outros: contextos pré-urbanos, urbano-industriais e urbano-pós-industriais<sup>40</sup>. Contextos pré-urbanos são os ambientes pequenos, fechados em si mesmos. A praça é o espaço da dinâmica da vida pública. O tempo transcorre lentamente, o espaço é fixo. Contextos urbanos industrial surgem a partir da revolução industrial. A mobilidade e setorização da vida ganham destaques. Diferencia-se o ambiente da moradia e do trabalho. Diferentemente dos contextos pré-urbanos o indivíduo alarga seus laços de convívio. Mercantilização, imediatez, economia são conceitos-chaves. E ambientes urbanos pós-industriais dizem respeito ao atual momento da história, ultrapassando os as fronteiras da cidade, chegando com facilidade em todos os cantos do planeta, conforme já mencionado. Cabe aqui, a título de recapitulação, apontar as principais características do fenômeno urbano, cuja incidência sobre a pastoral é profunda.

---

<sup>38</sup> Cf. IANNI O. *A Era do globalismo, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira*, 1997, pp. 59-85.

<sup>39</sup> Cf. AMADO, J. P. “Experiência eclesial em mundo urbano (1º parte), op. cit. In: *Atualidade Teológica*, v. 8, op. cit., p. 26.

<sup>40</sup> Cf. Ibid. p. 24 ss.

A cidade,<sup>41</sup> hoje, é uma sociedade cada vez mais complexa, diferenciada e fragmentada. Elas e suas periferias crescem de forma assustadora, formam uma ‘multidão solitária’<sup>42</sup>, na expressão de David Riesman, sedenta de atenção e afeto. Cada vez mais raridade cenas nas quais as pessoas caminham devagar na cidade, conversando, trocando olhares.

O mundo onde todos se conheciam cede lugar ao anonimato. Daí grande sede de acolhida, de laços fraternos, de relações pessoais, ainda que o individualismo seja umas das marcas determinantes. Daí igualmente a tendência mais do que natural de fugir das grandes massas para o busca de pequenos grupos, nos quais as relações são mais afetuosas.

Este mundo populoso e ao mesmo tempo fragmentado é essencialmente composto por uma população heterogênea. A circularidade, seja ela de informações, idéias ou mesmo de pessoas é algo inédito na história. A autonomia do sujeito em todos os níveis é estimulada, sobretudo no tocante ao território. O mundo urbano extrapola todo e qualquer limite geográfico, modificando a relação entre os grupos naturais, como bairro, família, religião. A urbanização cada vez mais emancipa o indivíduo da família, da vizinhança, do estado, da igreja.

Entram em cena as relações virtuais. Encurtam-se as distâncias geográficas. Não mais regidos pela força da tradição, o espaço e as relações urbanas são determinadas pelo interesse, conforme recorda Libanio:

Ou, de maneira mais simples, fragmenta-se o espaço segundo os interesses. Passa-se de uma relevância do espaço geográfico para o interesse. A cidade gira em torno de interesses. Nesse movimento, valoriza-se a pessoa como sujeito de suas atividades e não tanto a geografia condicionante<sup>43</sup>.

Inaugura-se outra lógica em relação ao espaço e ao tempo, visivelmente claro no corte entre moradia, trabalho, lazer, religião e tantas outras dimensões sociais. Nas sociedades tradicionais os ciclos da natureza ritmavam a vida e o dia-a-dia das pessoas. Até mesmo a liturgia das horas, laudes, vésperas, oração oficial da Igreja, estão organizadas na lógica do tempo agrário rural. Se o domingo, para

---

<sup>41</sup> Usamos muitas vezes a expressão cidade para se referir ao contexto no qual o urbano pós-industrial, o que não significa que estamos limitando suas características ao espaço geográfico das cidades, em contraposição ao rural.

<sup>42</sup> RIESMAN, D. *The lonely crowd*. Nen Haven: The Yale University Press 1950.

<sup>43</sup> LIBANIO, J.B. *A Lógica da cidade*, op. cit., 32.

o mundo tradicional era acima de tudo um momento social e religioso e ao mesmo tempo possibilidade de contato com o diferente, hoje, é chance de fugir da multidão. Como hodiernamente os contatos sociais são múltiplos, “no fim de semana não se procura mais o encontro, a massa; prefere a intimidade, o refúgio tranqüilo, o afastamento dos outros, dos estranhos. Tudo isso questiona profundamente o domingo e a organização temporal da pastoral católica”<sup>44</sup>. Consagra-se, portanto, uma nova configuração do tempo, onde o calendário não controla mais as regras do agir. A autoridade eclesiástica não mais controla os dias santos e dias úteis. A Igreja não ocupa mais o centro nas cidades, alias não há mais centro nelas cidades, e sim pluricentros, ou seja, pluralidade de interesses e organizações.

Nas cidades antigas, os lugares de encontro era o templo, para os gregos o teatro, para os romanos o circo. Na Idade Média, a catedral e o culto. Com o amanhecer da era industrial foram morrendo os lugares de encontro e em seu lugar surgem as comunidades urbanas, nas qual convivem vários e simultâneos pontos de encontros, cujo destaque são as comunidades virtuais.

Nesta nova configuração, a Igreja passa a ser entendida como uma agência, um dos serviços a mais oferecidos pela cidade, ou seja, acentua-se cada vez mais uma forte tendência de mercantilização da fé no espaço urbano. Com uma religião altamente subjetiva e pluralista, verifica-se nas cidades grande circulação de religiões e fiéis. Onde ontem era uma loja, hoje funciona uma Igreja neopentecostal, e amanhã talvez um teatro.

Interessante a observação do Libanio, para quem, somente através do investimento no comunitário é possível lutar contra o individualismo reinante na lógica urbana:

Por isso, na cidade precisamos ir criando comunidades de vida cristã para ajudar-nos ... Se não contruirmos antídotos fortes de amizade, de encontros, de comunidades de base, de grupos de oração, de compromissos, de círculos bíblicos, de tertúlias espirituais e de apoios mútuos, nossa vida de fé se estiolará facilmente<sup>45</sup>.

Nesta perspectiva, as novas comunidades eclesiais e outros movimentos estão muito mais a frente pastoralmente, ao perceberem que as setas do caminho

<sup>44</sup> ANTONIAZZI, A. “Princípios teológico-pastorais para uma nova presença da Igreja na Cidade”. In: ANTONIAZZI, A; CALAMAN C.(orgs.). *A presença da Igreja na cidade*. Petrópolis: Vozes, 1994, pp. 83-84.

<sup>45</sup> LIBANIO, J. B. *A Lógica da cidade*, op. cit., p. 19.

de renovação eclesial hoje apontam para o comunitário, para a promoção de encontro, do convívio e da amizade.

A Igreja não pode prescindir da realidade da cidade, insistindo em continuar vivendo como se fosse um feudo. O desafio é assumir a realidade humana em todas as suas dimensões e com toda a sua complexidade. Assumir igualmente o modo de sentir e pensar dos cidadãos de hoje, os lugares e os tempos de vida comunitária<sup>46</sup>.

De nada adiantaria a tentativa de pensar novos caminhos para a vida paroquial se não se assumir um compromisso efetivo e afetivo com a lógica urbana, evitando assim o erro do passado onde a Igreja comportou-se e estruturou-se como um feudo na cidade. “A Igreja deve organizar sua pastoral não mais na cidade tradicional tricêntrica: ao redor da Igreja, da praça e da moradia. A moderna é policêntrica: ela se organiza ao redor de muitos centros definidos os mais variados”<sup>47</sup>.

Importa não perder de vista que a igreja primitiva nasceu na cidade e assumiu de fato a cidade. De acordo com Djalma Rodrigues,

Na medida em que a paróquia faz a descoberta de seu compromisso com a cidade, sua capacidade de observar a realidade urbana torna-se mais aguda, o que a capacita a identificar e localizar, mais eficazmente, características de seu meio, de seu bairro, dos segmentos que ali residem<sup>48</sup>.

Se grandes são os desafios do contexto urbano à ação evangelizadora da Igreja, sobretudo à paróquia, muito maiores são as chances de ser ela sacramento de salvação para o mundo urbano, se souber se adaptar e assumir o novo que se apresenta.

<sup>46</sup> Cf. COMBLIM, J. *Os Desafios da cidade no século XXI*, op. cit., p. 9.

<sup>47</sup> ANTONIAZZI, A. “Princípios teológico-pastorais para uma nova presença da Igreja na Cidade”, op. cit. In: ANTONIAZZI, A; CALAMAN C.(orgs.), op. cit. p. 99.

<sup>48</sup> ANDRADE, D. R. op. cit. p. 37.

### 3.5 Linhas básicas para a renovação paroquial

#### 3.5.1 Prioridade da pessoa

A burocratização institucional tem sido o grande calcanhar de Aquiles da Igreja ao longo da história. Ainda hoje somos herdeiros do modelo pastoral tridentino, o qual enfatiza a objetivação da fé, a reta doutrina, a moral cristã, o direito canônico<sup>49</sup>. Prevaecem as obrigações, os preceitos, o rito... O burocrático sobressai ao místico, o institucional ao pessoal, a massa ao comunitário. No inconsciente coletivo, paróquia é sinônimo do prédio administrativo, da casa paroquial, da secretaria. Ao fiel cabe o papel de mero receptor da fé, da sã doutrina. Os párocos na maioria das vezes são reféns do ofício administrativo. Os leigos ativos são reféns de intermináveis reuniões, por serem poucos os engajados, e assumem mais de uma pastoral. A pesquisa de Werner Siebenbrock, na dissertação de mestrado sobre a realidade eclesial do Rio de Janeiro, em 1986 é reveladora e ainda conserva sua atualidade. A principal crítica feita à Igreja católica, no questionário diz respeito à falta de união entre os membros e à burocracia, em segundo lugar “Esta crítica esta ligada ao sistema paroquial e tem seus fundamentos na tendência a tornar a administração paroquial semelhante á de uma empresa”<sup>50</sup>.

Não é por acaso que Aparecida constata que muitos deixaram a Igreja por questões institucionais e burocráticas (DA 225). Na intuição de Comblin, “a religião que sofre o impacto da nova cultura é a religião hierarquizada”<sup>51</sup>. O autor continua: “a nova cultura não exclui a religião – muito pelo contraio -, mas exclui uma religião hierarquizada em que tudo depende de uma casta que se reproduz por si mesma, sem nenhuma interferência do povo”<sup>52</sup>.

Com o advento da era da subjetividade, emerge a figura do sujeito sedento de participação ativa. Qualquer tentativa de controle e imposição está condenada ao fracasso, numa sociedade essencialmente democrática. Isso vale de modo

<sup>49</sup> ANTONIAZZI, A. “Princípios teológico-pastorais para uma nova presença da Igreja na Cidade”, op. cit. In: ANTONIAZZI, A; CALAMAN C.(orgs.), op. cit., p. 6.

<sup>50</sup> SIEBENBROCK, W. *O Rio de Janeiro como grande cidade: problema moral e desafio a evangelização. Rio de Janeiro*. 2.ed. Sintra Gráfica e editora, 1986, p. 110.

<sup>51</sup> COMBLIM, J. Os Desafios da cidade no século XXI, op. cit., p. 14.

<sup>52</sup> Ibid., p. 17.

especial para a Igreja. “Por isso, não é de se estranhar que no momento em que por todas as partes surgem movimentos carismáticos questionando uma racionalidade instrumental em nome da subjetividade, também a igreja Católica, que carrega sua carga no institucional, seja atravessada em seu interior por onda carismática pentecostal. Há, portanto, compensando o enorme déficit carismático dos séculos passados, um superávit carismático sob forma messiânica, espiritualista, neopentecostal”<sup>53</sup>.

Reside aqui o sucesso das novas comunidades eclesiais e dos novos movimentos. Elas cativam e conseguem mais adeptos pelo que tem de diferente, isto é, uma flexibilidade maior e uma estrutura bem menos hierarquia do que as estruturas tradicionais. Nesta perspectiva, diante de uma sociedade pós-tradicional altamente urbana, saturada do peso da institucionalização, o pano de fundo de uma profunda revitalização eclesial paroquial, por onde devem passar todas as pistas e iniciativas pastorais, está na prioridade da pessoa, a fim de redescobrir a beleza da fé cristã, na vivência em comunidade.

Após séculos de desconfiança da individualidade e subjetividade chegou o momento eclesial de colocar o acento na pessoa, no sujeito da fé, no autor da experiência religiosa, levando em consideração seus anseios e suas necessidades. A pastoral do meio urbano deve partir da subjetividade, da valorização de cada pessoa em particular, do incentivo à participação e reconhecimento de seus dons e carismas, como tem conseguido fazer as novas comunidades eclesiais. Deve-se levar a sério a experiência religiosa subjetiva dos fieis, ainda que esta se manifeste distante dos conteúdos da experiência cristã. O trabalho pastoral de discernimento irá conduzir possíveis distorções subjetivas ao compromisso da fé cristã.

Daí a indispensável atenção especial a cada pessoa em particular, seus anseios, suas buscas e inquietações. Não somente o ingresso como a permanência na vida eclesial paroquial dependerá do ambiente propício ou não que ele encontrar para concretizar sua experiência pessoal de fé, sentindo-se membro participante de uma comunidade eclesial. Comunidade cristã longe, de ser a soma de indivíduos, consiste no reconhecimento de cada pessoa, que traz consigo riquezas diversas para a comunhão comunitária.

---

<sup>53</sup>LIBANIO, J. B. *A Lógica da cidade*, op. cit. p. 77.

Enfim, o caminho da reforma eclesial paroquial está em “assumir a pessoa como paradigma evangelizador como paradigma evangelizador, considerando-a não em perspectiva individualista, mas em chave relacional”<sup>54</sup>. O substantivo ‘pessoa’ não é aproposita. Aponta para o cuidado pastoral de não alimentar o individualismo religioso, tão reinante na cultura moderna. Para Joel Portela, a recuperação do conceito bíblico de pessoa resgata tanto a individualidade e relacionalidade, cuja fundamentação está na Trindade<sup>55</sup>. “Estas duas dimensões são chamadas à coexistência integradora, embora no cotidiano, uma delas possa receber precedência cronológica, temporária. O que, porém, não pode ser pastoralmente aceitável é a simplória inversão dualista dos pólos”<sup>56</sup>.

Mesmo correndo o risco de sermos extenso neste subtítulo, é fundamental retomar a dimensão comunitária da experiência eclesial. Tal ênfase se deve à importância da comunidade na vida de fé da Igreja, e sobretudo porque está na recuperação do espírito comunitário a chance da renovação paroquial, que é chamada a ser verdadeira ‘comunidade de comunidades’.

Reside aqui a grande identidade da fé cristã, conforme recorda Aparecida: “a vida em comunidade é essencial à vocação cristã” (DA 179). O cristão do futuro ou será cristão engajado numa comunidade de cristã ou adentrará no individualismo religioso cada vez mais acentuado. Os documentos conciliares reforçam sempre trazem à memória a dimensão comunitária da Igreja. A igreja é fundamentalmente comunhão de pessoas<sup>57</sup>. Deus quer salvar um povo, não escolhe indivíduos apenas, mas como membros de uma comunidade<sup>58</sup>. A Igreja é mistério de comunhão de pessoas que vivem a fé (LG 2). “Uma dimensão constitutiva do acontecimento cristão é o fato de pertencer a uma comunidade concreta na qual podemos viver uma experiência permanente de discipulado e de comunhão com os sucessores dos Apóstolos e do Papa”. (AP 171).

Ainda segunda o Documento de Aparecida,

<sup>54</sup> AMADO, J. P. “Experiência eclesial em mundo urbano (2º parte), op. cit. In *Atualidade Teológica*, v. 9, op. cit., p. 158.

<sup>55</sup> Cf. *Ibid.*, p. 154.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 155ss.

<sup>57</sup> “Constituição Dogmática *Lumen Gentium*”. In: *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos e declarações*. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 1977, 1; 8. Doravante usaremos a sigla LG para nos referirmos a ela.

<sup>58</sup> Cf. “Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*”. In: *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos e declarações*, op. cit., 32. Doravante usaremos a sigla GS para nos referirmos a ela.

Diante da tentação, muito presente na cultura atual, de ser cristão sem Igreja e das novas buscas espirituais individualizadas, afirmamos que a fé em Jesus Cristo nos chega através da comunidade eclesial e ela nos dá uma família universal de Deus e na Igreja católica (DA 256).

Com muito urgência precisa-se que “floresça o senso comunitário paroquial, sobretudo na celebração comum da missa dominical”<sup>59</sup>. Duplo desafio pastoral, portanto, para a paróquia: resgatar a centralidade da pessoa e gerar estruturas pastorais adequadas que gerem fé e fidelidade comunitárias.

Acentuar a centralidade da pessoa, longe de ser apenas uma saída teórica, tem implicações bastante concretas e igualmente urgentes no processo de revitalização da Igreja. A maior dela, sem dúvida, diz respeito à igualdade-comunhão que deve reinar entre todos os batizados. Resgatar a riqueza do Vaticano II, que preza pela igualdade comum de todos os batizados, é *conditio sine quo non* para a reforma eclesial. Igreja é antes de tudo povo de Deus, daí a comum condição de todos os batizados, tanto na dignidade como no agir (LG 32). Inúmeras são as passagens na qual o Concílio afirma a igualdade fundamental de todos os batizados. Não seria o caso de retomá-las aqui. O importante é perceber que o clericalismo reinante ainda nas estruturas eclesiais não somente vai contra o projeto salvífico como também impede fazer da paróquia uma verdadeira comunidade.

A renovação das paróquias exige estruturas renovadas ‘em vistas de ‘uma maior comunhão e participação de todos (DA 172). “Uma paróquia comunidade de discípulos e missionários, requer organismos que superem qualquer tipo de burocracia” ( AP 219).

O cidadão urbano é alérgico ao autoritarismo. E aqui está o grande entrave eclesial. A paróquia gira em torno dos padres. Vigora ainda uma instituição medieval, hierárquica, de cima para baixo, de caráter centrípeto, uma organização de ‘domínio-dependência’, autoridade-obediência’, ‘senhor-súdito’, ‘sacerdote-fieis’<sup>60</sup>. “A questão maior gira ao redor do eixo clero-leigos: passar de uma concentração de responsabilidade nas mãos do clero (uns poucos) para a multiplicidade de serviços organicamente coordenados”<sup>61</sup>. A pessoa descobre sua

<sup>59</sup> “Constituição Sacrosanctum Concilium”. In: *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos e declarações*, op. cit., n. 42. Doravante usaremos a sigla SC para nos referirmos a ela.

<sup>60</sup> Cf. CALDENTEY, J. “Significado das comunidades cristãs de base para a Igreja”. In: *Concilium: Revista Internacional de Teologia*. Petrópolis: Vozes, v. 11, fasc. 104, 1975, p. 87.

<sup>61</sup> ALMEIDA, D. B. “A pastoral na virada do milênio”. In: CALAMAN (org.), op. cit., p. 181.

responsabilidade na Igreja quando começa a exercê-la. Mais do que colaboradores, a vocação dos fieis está na responsabilidade eclesial. Em outras palavras, o fiel não é aquele que dá uma ‘mão’, mas alguém que é chamado a pensar junto e a caminhar dentro de um projeto pastoral<sup>62</sup>. Enquanto não se der espaços para novas iniciativas e repensada a questão ministerial, será sempre limitada a consciência comunitária, ou seja, não se passará para o nível da corresponsabilidade eclesial.

O modo como as novas comunidades eclesiais trabalham pastoralmente a ministerialidade entre seus membros tem dados resultados significativos. A tendência que se verifica é todos nas novas comunidades assumirem algum trabalho, construindo assim uma comunidade ministerial.

É preciso redescobrir a função do ministro ordenado no novo modelo de comunidade paroquial que queremos. O ministro ordenado é chamado a ser o animador dos carismas, capaz de promover os leigos, de construir equipes que trabalhem em clima de co-responsabilidade. Sua função será acima de tudo a de um homem de comunhão pastoral.

A Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Ecclesia in America*, com muita propriedade afirma:

Esse tipo de paróquia renovada requer uma figura de pastor que, sobretudo, cultive uma profunda experiência de Cristo vivo, com espírito missionário, coração paterno, que seja animador da vida espiritual e evangelizador, capaz de promover a participação<sup>63</sup>.

Outra grande incidência na priorização da pessoa diz respeito à acolhida, no atual contexto do anonimato, marcado por uma população solitária. Não são poucos os que procuram a Igreja na busca de atenção, acolhimento, fugindo da solidão das grandes metrópoles. Aparecida recorda que “nossos fieis procuram comunidades cristãs onde seja acolhidas fraternalmente e se sintam valorizadas, visíveis e eclesialmente incluídos” (DA 242). Por termos uma estrutura paroquial sacramentalista, carecemos de estruturas de acolhida, que são muito mais do que a entrega de folhetos na entrada da Igreja. Para Joel Portela urge

<sup>62</sup> Cf. SORAVITO, L.; BRESSAN L., op. cit. p. 157.

<sup>63</sup> JOÃO PAULO II. *Ecclesia in America: Exortação Apostólica Pós-sinodal*. São Paulo: Paulus, 1999, n. 41

Melhorar o acolhimento, atendendo aos anseios subjetivos de espiritualidade das pessoas, possibilitando um aprofundamento da vida da fé, possibilitando a reconstituição da relação pessoal com Deus, na tentativa de responder à fragmentação da vida urbana atual e ao materialismo reinante<sup>64</sup>.

Pistas de ação estão na criação de grupos de plantão de acolhida, os quais propiciem atendimentos individuais, quebrando assim o anonimato urbano<sup>65</sup>; na promoção de momentos de oração, de partilha, de aconselhamento, grupos de ajuda na recentralização do Eu, cujos espaços e momentos favoreçam o desabafo e a orientação pessoal<sup>66</sup>; momentos de escuta, valorização da oração pessoal, auxiliada com métodos individuais de oração e com auxílio de material catequético e eletrônico, como livros, como vídeos, audiocassetes<sup>67</sup>; melhoras nos ambientes litúrgicos; celebrações bem preparadas e criativas, com horários adaptados ao ritmo de vida urbana, nas quais haja a valorização do corpo, do movimento, dos símbolos, afeto, enquanto expressão do eu<sup>68</sup>. A título de exemplo vale mencionar aqui os já citados trabalho da comunidade Bom Pastor, com S.O.S, oração, equipes de oração e acolhida contínua. Iniciativas com essas e outras criativas vão ao encontro dos anseios da sociedade urbana.

A acolhida diz respeito ainda ao ministério de visitação às casas, onde são possíveis o contato direto, a escuta, a partilha<sup>69</sup>. Enfim, momentos e estruturas que acolham as diversas necessidades e buscas, sem com isso fazer da paróquia uma agência de prestação de serviços religiosos.

<sup>64</sup> COMBLIM, J. *A Presença da Igreja na cidade*, op. cit., p. 46.

<sup>65</sup> Cf. BINGEMER, M. C. In: CALAMAN (org.), op. cit. p. 79.

<sup>66</sup> Cf. AMADO, J. P. “Experiência Eclesial em Mundo Urbano”, op. cit. In: *Atualidade Teológica*, v. 9, op. cit., p. 156.

<sup>67</sup> *Ibid.*, p. 157.

<sup>68</sup> Cf. TÔRRES, M. G. Arte e litúrgica. *Tempo, corpo e festa*. In: Grande Sinal 3 (1998), p. 277-284.

<sup>69</sup> Cf. RODRIGUES, M. A. & BRAGA, T. R. *Ministério da Visitação. O corpo-a-corpo da nova evangelização*, Petrópolis: Vozes, 1996.

### 3.5.2

#### Paróquia 'rede de comunidades'<sup>70</sup>: a formação de pequenas comunidades

A rejeição às macro-estruturas, somado ao anonimato eclesial socioeclesial, diante do mundo urbano ávido de relações inter-pessoais profundas e afetivas, tem cada vez mais conduzido os pastoralistas à conclusão da urgente necessidade de investir na formação de pequenos grupos no processo de revitalização paroquial. Novas e pequenas comunidades, grupos de partilha e convívio tem surgido de forma espontânea, conforme nos aponta o sucesso e efervescências das novas comunidades eclesiais, o que mostra ser, hoje, grupos reduzidos uma tendência sociocultural. Assistimos por toda a parte a formação de pequenos grupos, afins e seletivos, novas e diversificadas experiências de grupos de partilha e de reflexão, os quais favorecem a troca de experiência e uma participação mais ativa de seus membros. Todos esses grupos apresentam uma característica em comum: renunciam a formalidade a estruturas pesadas para relações mais leves.

Atentas aos sinais dos tempos, as paróquias, sobretudo as paróquias situadas em áreas com alto índice urbano, não podem criar uma verdadeira consciência comunitária se não em nível de pequenas comunidades, vivas e dinâmicas, que atuem como fermento na coletividade. A questão primordial hoje é romper com uma estrutura centrada na matriz, nos sacramentos, no clero, e apostar na multiplicidade de comunidades menores, esparramadas pelo meio do povo, nas quais seja possível o processo de discipulado<sup>71</sup>.

A formação de pequenos grupos coaduna-se perfeitamente com a prioridade da pessoa, uma vez que se torna impossível imaginar uma atenção maior à *individualidade* da pessoa e à promoção da *relacionalidade* através de mega-estruturas. O catolicismo de massa já não responde mais às necessidades urbanas. Já a Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, n. 58 afirma que as pequenas comunidades cristãs, comunidades de base, são o lugar privilegiado para se viver a verdadeira comunhão eclesial. Mais do que nunca, busca-se hoje comunidades nas quais o fiel sinta-se acolhido e incluído eclesialmente. Nesta

<sup>70</sup> CONFERENCIA GENERAL DO EPISCOPADO LATINO AMERICANO. Santo Domingo: nova evangelização, cultura cristã e inculturação. (Texto oficial da CNBB). Petrópolis: Vozes, 1993, 1.2.2

<sup>71</sup> Cf. ALMEIDA, M. A. *et al. Paróquia e comunidade no Brasil*. São Paulo: Paulus, 1997, p. 254.

perspectiva, afirma Comblin: “vencem as religiões que conseguem formar pequenos grupos com bastante intimidade, intercâmbio e vida comunitária”<sup>72</sup>.

São as pequenas comunidades espaços privilegiados, dado o sentimento de pertença que despertam, para o aprofundamento da partilha, para uma vida litúrgica mais celebrativa, para o despertar da consciência crítica frente as injustiças sociais e possibilidade de uma formação mais *intensa*. Além do que, somente através do investimento de pequenas comunidades, na descentralização da massa<sup>73</sup>, será possível atingir a todos os grupos humanos e sociais da paróquia. “Através das pequenas comunidades, poder-se-ia também conseguir chegar aos afastados, aos indiferentes e aos que alimentam descontentamento ou ressentimento em relação à Igreja” (DA 325).

A renovação da paróquia, portanto, deve necessariamente passar pela multiplicação de pequenos grupos eclesiais, comunidades de base. A ordem do dia é flexibilizar as estruturas (DA 365; 372). Medellín, ao olhar para o seu contexto sociocultural viu a necessidade da paróquia de descentralizar sua Pastoral no tocante a lugares, funções e pessoas, justamente para congregar num todas as diversas diferenças humanas que encontra e inseri-las na universalidade da Igreja<sup>74</sup>. Puebla por sua vez, ao definir a paróquia como “centro de coordenação e animação de comunidades, grupos e movimentos”<sup>75</sup>, pedia ‘multiplicação de pequenas comunidades territoriais ou ambientais que correspondam a uma evangelização mais personalizante’<sup>76</sup>.

Santo Domingo, fazendo jus a percepção pastoral das Conferências Episcopais anteriores, percebe a defasagem da vida moderna e os critérios da organização da vida paróquia, e propõe uma estrutura que favoreça o surgimento de pequenas comunidades eclesiais, o que leva a responsabilidade maior de leigos

<sup>72</sup> COMBLIN, J. *Os Desafios da cidade no século XXI*, op. cit., p. 21.

<sup>73</sup> De acordo com Joel Portella, a definição eclesiológico-pastoral de massa refere-se “a um tipo de espaço sociocultural de atuação pastoral onde os níveis de engajamento não chegam ao estágio comunitário”. AMADO, J. P. “Experiência eclesial em mundo urbano (2º parte)”, op. cit. In: *Atualidade Teológica*, v. 9, op. cit., 158. Segundo o mesmo autor os espaços pastorais de massa e comunidades não se excluem, mas se complementam, ou seja, as manifestações de massa têm um sentido e função pastoral, pois atuam são fornecedores socioculturais em meio ao anonimato das cidades. Daí a importância de romarias, procissões. Cf. *Ibid.*, p. 159-160.

<sup>74</sup> Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. *A Igreja na atual transformação da América Latina a luz do Concílio*. (Medellin). Petrópolis: Vozes, 1985, 15,13.

<sup>75</sup> Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. “Puebla: a evangelização no presente e no futuro da América Latina”. ( texto oficial da CNBB). Petrópolis: Vozes, 1979, n. 644.

<sup>76</sup> *Ibid.*, n. 111.

e impulso à missão (SD 60). Aparecida retoma com vigor a tradição das conferências episcopais que afirmam ser a paróquia ‘comunidade de comunidades’ (DA 309; SD 58).

Novos, diversificados e pequenos espaços comunitários farão da paróquia uma comunidade no sentido mais original da palavra. Dito de outra forma, a paróquia renovada é chamada a ser uma realidade acolhedora de novas e diversas formas de vida eclesial, presente e existente nos mais diversos ambientes, alimentados por uma forte consciência global e eclesial. Para a V Conferência do episcopado latino americano e caribenho,

A renovação das paróquias no início do terceiro milênio exige a reformulação de suas estruturas para que seja uma rede de comunidades e grupos capazes de se articular, conseguindo que seus membros se sintam realmente discípulos e missionários de Jesus Cristo em comunhão (DA 172).

Torna-se evidente, portanto, que o caminho está na descentralização, isto é, na criação de maior número possível de grupos pequenos e diversificados, em ambientes diversos, de tal forma que a paróquia se torne uma realidade plural e comunitária. Nesta perspectiva, Antoniazzi intui que a paróquia deve se complexificar-se internamente, ou seja, favorecer a diversidade de grupos, abertos a iniciativa dos indivíduos e grupos<sup>77</sup>, o que significa, na prática, permissão, autonomia e estímulo a grupos para se reunirem também em ambientes diversos, ao estilo das Cebes, círculos bíblicos, novas comunidades.

Fundamental neste processo é ressaltar o cuidado pastoral a fim de evitar o enquadramento das novas e pequenas comunidades em modelos tradicionais, ultrapassados e burocráticos. Urge dar-lhes liberdade de ação, incentivar a criatividade pastoral, promover a autonomia madura e responsável. Exige-se aqui uma inversão de compreensão, com bem recorda o teólogo Caldentey.

Não se trata, pois de por a base a serviço dessas instituições, mas estas a serviço da base. É claro, dentro desta perspectiva, que a paróquia deverá evoluir para novos modelos organizativos, novos esquemas de vinculação institucional, novos modelos de conexão entre ação pastoral e realidade humana, com mais possibilidade de identificação de vida crista<sup>78</sup>.

<sup>77</sup> ANTONIAZZI, A. “A. Princípios teológico-pastorais para uma nova presença da Igreja na cidade”, op. cit. In: ANTONIAZZI, A.; CALAMAN, C. (orgs.), op. cit., p. 95.

<sup>78</sup> CALDENTY, J., op. cit., 473.

Para que a renovação paroquial seja profunda e significativa, é preciso uma nova configuração eclesial, cujo modelo é o de comunidades de base. Interessante a compreensão de Igreja da base, abordado por Pedro Ribeiro de Oliveira: significa eclesiologicamente, “o núcleo mínimo da comunidade eclesial definida como Povo de Deus”, grupos de caráter local, nos quais, embora com ênfase diferente das paróquias, se realizam as mesmas atividades regulares da Igreja católica”<sup>79</sup>.

Trata-se, antes de mais nada, de um resgate às fontes primitivas do cristianismo, onde, à margem da sociedade e da religião oficial, grupos marginais de cristãos viviam com intensidade e fervor sua profissão de fé. Por isso, as primeiras comunidades eclesiais serão sempre referência e modelo de renovação comunitária. Com maestria elas souberam buscar novos caminhos para evangelizar segundo as circunstâncias culturais (DA369).

Importante ressaltar que a multiplicação de pequenas comunidades não se basta a si mesmas. Para que sejam evangelizadoras e fieis à vocação cristã, exige-lhes a abertura à comunhão entre si bem como com comunhão com as instâncias eclesiais seja essas diocesanas e paroquiais<sup>80</sup>.

Nem o enquadramento que mata e sufoca, nem tão pouco o isolamento grupal. Necessário é promover e incentivar a autonomia criativa, com novas e diversificados espaços comunitários, sem abrir mão da comunhão eclesial. Investir em pequenas narrativas eclesiais para que essas possam ser acolhidas na grande narrativa eclesial. Pistas de ação apontam para a promoção de momentos celebrativos no grande corpo eclesial. O não fechamento em si mesmas diz respeito a uma postura missionária, pois missão e comunhão forma uma única realidade. Nesta perspectiva, a tarefa de renovação eclesial para que seja eficaz exige um duplo movimento: a descentralização em grupos menores, ‘abertura para baixo’ e uma ação pastoral integrada, ‘abertura para cima’, numa ‘unidade orgânica’. “Porque um projeto só é eficiente se cada comunidade cristã, cada paróquia, cada comunidade educativa, cada comunidade de vida consagrada, cada associação ou movimento e cada pequena comunidade se inserirem ativamente na pastoral orgânica de cada diocese” (DA 184).

<sup>79</sup> OLIVEIRA, P. A. R. “CEB: unidade estruturante da Igreja” In: BOFF, C.; LESPAUPIN, I. *et al.* *As Comunidades de Base em questão*. São Paulo: Paulinas, 1997, p. 5ss.

<sup>80</sup> Cf. BESTARD, J, op. cit., p. 276.

Experiências que tem dado certo são a setorização da paróquia, que Aparecida pede e estimula (372). Foranias, regionais, vicariatos são realidades que tornam a comunhão eclesial possíveis, valem a pena por isso seu investimento.

### 3.5.3 Missão

A temática da missionariedade tem estado presente nos últimos encontros eclesiais e debates teológicos, mas é sobretudo a V Conferência Episcopal Latino americano e Caribenha que aposta a missão como condição imprescindível para a renovação da Igreja. A Igreja é por sua natureza missionária, o que significa que todos os batizados são responsáveis pelo anúncio de Jesus Cristo. (D347). Leigos, padres, religiosos, bispos, todos são convocados assumir a espírito missionário, para que o Evangelho ilumine o hoje de nossa história.

Não obstante todos os desafios e contra-valores da atual cultura, o momento apresenta-se propício para a missão. Para tanto se exige uma nova postura evangelizadora. O proselitismo religioso ou a imposição da fé devem hoje ceder lugar a ações pastorais que, a partir do diálogo e o testemunho, cativem e atraiam para a beleza da fé cristã comunitária. Neste sentido, por missão evangelizadora entendemos o anúncio, o testemunho e a partilha gratuita da experiência de encontro com Jesus Cristo. Vale enfatizar a gratuidade, em uma sociedade recheada de ofertas individualista de consumo religioso.

A atual estrutura eclesial paroquial não tem desenvolvido, a não ser pontualmente, uma dinâmica missionária. Sua postura de auto-suficiência em relação à sociedade e seu conjunto de relações, fechando-se em si mesma, gerou um zelo excessivo aos que estão ‘dentro dela’, esquecendo-se dos que dela não fazem parte<sup>81</sup>. Excessivamente voltada para si, preocupada com a administração dos sacramentos, a paróquia assimilou uma postura estática, na espera dos que dela se aproximam<sup>82</sup>. As palavras de Comblin são provocativas.

A Igreja mantém nas cidades a estrutura obsoleta da paróquia. O clero está sendo preparado para atuar dentro do quadro paroquial ... Ora, estruturalmente, a paróquia é feita para conservar, ajudar, promover os

<sup>81</sup> SORAVITO, L.; BRESSAN L., op. cit., p. 101.

<sup>82</sup> Cf. Comissão Episcopal Regional Sul 1 – CNBB. *Pastoral de comunidades e ministério*. 2. Ed. São Paulo: Paulinas, 1977, p. 12.

que participam do culto, as pessoas que pertencem à pequena minoria dos que já estão no tempo... A paróquia não assume as fábricas nem os supermercados, nem as escolas, nem os colégios, nem as universidades, nem os hospitais, as instituições esportivas, culturais, de diversão, nem os meios de comunicação da cidade. Ela está organizada ao redor dos sacramentos e das festas litúrgicas. Nem sequer consegue organizar a catequese dos adultos, menos ainda sua formação missionária. A igreja esta claramente a serviço de si própria. Não se pode negar as excelentes intenções de muitos párocos, toda a imaginação para fazer uma paróquia missionária. O problema é estrutural”<sup>83</sup>.

Uma porção significativa de pessoas não é atingida pela ação evangelizadora da paróquia tradicional. Certos espaços geográficos e ambientais são esquecidos por ela. O número dos que chegam às paróquias para a celebração dominical é limitado (DA 173). A ação evangelizadora está organizada em torno da idéia de ‘segurança’: segurança para o padre que tem na paróquia um meio de sobrevivência; segurança para os fieis que tem um lugar onde cumprir suas obrigações religiosas. Acrescenta a isso a escassez do clero num contexto de inchaço populacional das cidades e suas periferias, com paróquias excessivamente grandes<sup>84</sup>. Além de serem poucos os padres para o trabalho evangelizador, não poucos não conseguem descentralizar-se para um trabalho em equipe, contando com o protagonismo e a criatividade dos leigos.

Ou as paróquias serão missionárias ou continuarão a exercer atividade de mera manutenção religiosa. Urge vontade e coragem para abandonar o terreno segura da instituição para ir ao encontro de todos, de modo especial os mais afastados e não suficientemente evangelizados, os não praticantes, os batizados que têm deixado de lado a vida de comunidade.

Equívoco pastoral consistiria em se contentar com meros projetos e campanhas missionárias, esporádicas e pontuais, como é comum nas paróquias, através de semanas ou de mês missionário, o que é igualmente válido mas não suficiente. Pastoral missionária aponta acima de tudo para a superação de meras atividades missionárias para uma nova configuração eclesial missionária, sem a

<sup>83</sup> COMBLIN, J. “As grandes incertezas da Igreja atual” Revista Eclesiástica Brasileira. Petrópolis: Vozes, v.67, n. 265, p. 41

<sup>84</sup> Segundo o anuário católico 2000, no Brasil existem 8602 com media de 19 mil habitantes cada. Nas metrópoles a media é de 25 ou 30 mil cada. Em 1990 havia um padre para cada 10,100 habitantes. Os números assustam: alguns casos extremos, prelazia do Xingu, centro sul do Pará, com uma superfície maio que os estado de são Paulo e rio juntas, com 390.000 mil habitantes, conta apenas com 13 paróquias, 25 padres, 6diaconos e 16 religiosos. Entre o norte e o sul da prelazia mil quilômetros. Cf. Jornal da opinião, 26/2 a 4/3/2001 ‘Paróquias e padres: a Igreja e seu território. Cf. <http://www.jornaldeopiniao.com.br/>.

qual não haverá uma presença eclesial efetiva no mundo urbano. A ordem de Aparecida de passar de uma pastoral de manutenção para uma conversão pastoral caminha nesta direção (DA 370).

Esta firme decisão missionária deve impregnar todas as estruturas eclesiais e todos os planos pastorais de dioceses, paróquias, comunidade religiosas, movimentos e de qualquer instituição da Igreja. Nenhuma comunidade deve se isentar de entrar decididamente, com todas as suas forças, nos processos constantes de renovação missionária e de abandonar as ultrapassadas estruturas que já não favorecem a transmissão da fé (AP 365-366).

Ainda de acordo com Aparecida, as principais exigências da missão estão no investimento em ‘centros de irradiação missionária’ (DA 306). Tal novidade requer acima de tudo criatividade para a implantação de novos modelos de presença nos mais diversos ambientes da sociedade, superando com isso a mera manutenção pastoral, cujo pressuposto é o da cristandade.

Criatividade é determinante para se chegar aos lugares mais fechados, como condomínios<sup>85</sup>, prédios, favelas e outros ambientes mais reclusos. A ação missionária pede que se caminhe para além dos centros urbanos, isto é reorientar a ação pastoral para as periferias, hoje em plena expansão. “A semelhança da *Kénosis* trinitária, a ação pastoral eu não sai de si para os diversos encontros históricos, perde sua identidade”<sup>86</sup>.

Fundamental na pastoral missionária é a vontade de unirem esforços na busca de um trabalho orgânico e articulado, para poder se chegar ao objetivo comum da evangelização, atingindo assim o conjunto da cidade (DA 321;537). Paróquias espalhadas podem ser unificadas, atendidas por uma equipe de leigos e religiosos, padres, animadas pelo bispo. Paróquias situadas em grandes centros comerciais, que abrangem escritórios, bancos, comércio, devem ter uma presença e ação pastoral estruturada de forma diferente de paróquias situadas em outros ambientes. Paróquias mais parecidas com santuários, fundamental é o investimento na acolhida e no atendimento pessoal.

---

<sup>85</sup> Cf. AMADO, J. P. *Deus e a Cidade: chances e desafios para a experiência cristã de Deus em contexto condominial*. Tese doutorado em Teologia. PUC/RJ Pontifícia Universidade Católica, 1999, p. 520

<sup>86</sup> *Ibid.*, p. 527.

Imprescindível hoje é a elaboração de um projeto comum em nível de cidade, uma vez que diocese não é simplesmente a soma de paróquias. Elaborar uma equipe que pense a evangelização do conjunto da cidade, ou seja, um trabalho supraparoquial, em vista de uma evangelização mais ampla. Sua função é igualmente integrar os vários projetos paroquiais, pois ‘a unidade da pastoral urbana exige uma conciliação de todos os programas particulares’<sup>87</sup>. Poder-se-ia chamar de ‘conselho urbano’, lembrando sempre que os contextos urbanos pedem serviço de nível urbano. A eficácia da evangelização missionária exige estrutura intermediária entre paróquia e diocese, que pense a evangelização em nível de cidade, a partir de áreas específicas e ambientais, como cultura, educação, saúde. Neste sentido, “as comunidades são pensadas em forma de rede, levando em conta que as pessoas, no mundo urbano, tecem relações, em diversos âmbitos, com uma multiplicidade de outras pessoas, lugares, funções e serviços, também na igreja”<sup>88</sup>. Pastorais ambientais, meios de comunicação, criação de pólos de evangelização, fora da sede da paroquial ou das convencionais estruturas da paróquia, conforme os exemplos já dados, prédios, condomínios, escolas, hospitais, os mais diversos grupos profissionais, moradores de rua, não podem sem mais ficar de fora da missão paroquial. Em outros ambientes, como por exemplo, rodoviárias, aeroportos, são excelentes espaços alternativos para a missão.

A igualdade de todos as batizados contra um clericalismo desumanizador, abordado anteriormente, assume na missão uma importância vital. Se todas as mudanças estruturais e pastorais deverão ser orientadas para a missão, igualmente necessário é fazer de cada batizado um missionário evangelizador. São os leigos a grande esperança de mudar o rosto de uma igreja mais missionária. A reclamação de Comblin é pertinente: “A igreja na cidade morre por falta de confiança e liberdade. Há milhares de pessoas dispostas a serem missionários, pastores, fundadores de comunidades e Igrejas, mas não recebem permissão”<sup>89</sup>.

A seriedade da missão requer, além da responsabilidade de cada batizada, uma sólida formação para os mesmos. “Os melhores esforços das paróquias neste início do terceiro milênio devem estar na convocação e na formação de

<sup>87</sup> COMBLIN, J. *Pastoral urbana: o dinamismo na evangelização*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 50.

<sup>88</sup> GODOY, M. “Paróquias renovadas à luz de Aparecida”. In *Vida Pastoral. Revista bimestral para sacerdotes e agentes de pastora*, ano 49, n. 261, julho-agosto, 2008, p. 15.

<sup>89</sup> COMBLIN, J. “Nota a propósito de Igreja e sociedade urbana”: In: *Urbanização e evangelização*. Porto Alegre: Cadernos da ESTEF – 5, p. 57.

missionários leigos”(DA 189). Intimamente associado à formação está a recuperação da iniciação cristã. O investimento na formação catequética, sobretudo para adultos, na dinâmica da iniciação cristã, tem dado resultados importantes, cujo mérito está na articulação fé-vida, e aguda consciência religiosa, decorrente do forte conteúdo kerigmática da proposta catecumental. Se a paróquia não for o lugar onde se inicia tanto crianças como adultos na vida comunitária de fé e na integração da fé com a vida, deve ser questionada sua identidade missionária.

E por fim, intrínseco à missão está o compromisso sociotransformador, o testemunho solidário da vida cristã. Se a missão não conduzir ao compromisso com a realidade social, ao combate à miséria e à marginalização estará ela pecando na fidelidade ao Evangelho. Daí a importância de ações ecumênicas, num diálogo com outras Igrejas, unindo todos os seguidores do projeto de Jesus Cristo no resgate à vida, tão ameaçada em todas as suas dimensões. Não podemos deixar de mencionar a louvável consciência social das Cebcs, que é sempre atual, num mundo onde crescem as injustiças sociais.

### 3.6

#### **As novas comunidades eclesiais lançam luzes à renovação paroquial**

Já acenamos no segundo capítulo para a importância das novas comunidades e movimentos para a realidade eclesial, enriquecendo-a com seus dons e carismas, revelando ao mesmo tempo a pluralidade da Igreja na mesma unidade.

Cabe neste momento retomar a realidade das novas comunidades eclesiais num diálogo mais direto com a instituição paroquial. Pretendemos enfatizar algumas intuições das novas comunidades, de certa forma já mencionadas ao longo do trabalho, que tornam possíveis a concretização da vida comunitária, por isso mesmo lançam luzes para a reestruturação comunitária da paróquia.

Ao insistir nas novas comunidades, vale novamente recordar que nossa intenção não é apologética, no sentido de dogmatizá-las. Contudo, elas devem ser olhadas com atenção, não obstante suas limitações, sobretudo pela capacidade de concretizar elementos indispensáveis para uma comunidade cristã. Resulta disso, a

instituição paroquial sentir-se provocada e estimulada a usar da criatividade pastoral a fim de que a paróquia volte a ser uma comunidade.

Nas novas comunidades eclesiais, a centralidade da comunidade não reside no poder religioso (clero), mas em cada pessoa em particular, nos seus dons e carismas. O objetivo da priorização da pessoa na reforma paroquial encontra exemplo plausível nessas novas formas associativas de fieis. Os sentimentos de inclusão e pertença daí advindos mostram ser o investimento na pessoa o caminho mais indicado nas ações pastorais da Igreja.

A descoberta da responsabilidade evangelizadora conferida no batismo faz com que se desenvolva amplamente nesses novos modelos eclesiais a consciência do compromisso comunitário, o que mostra igualmente ser possível, na Igreja, estruturas mais democráticas de participação, que gerem sentimento de corresponsabilidade eclesial. Um aglomerado de pessoas, onde a maioria ‘assiste’ e um parcela reduzida atua, está longe de ser uma comunidade eclesial. Nesta dinâmica, criatividade e ousadia na criação de novos ministérios e serviços nas novas comunidades convidam a paróquia a descobrir novos campos e tarefas de responsabilidade, repensar sua ministerialidade, ainda concentrada nas mãos dos ministros ordenados. À luz das novas comunidades duas atitudes são necessárias à paróquia no tocante aos ministérios: dar mais espaço à atuação dos leigos, ao mesmo tempo ajudá-los a descobrir seus dons para colocá-los a serviço da comunidade.

O resgate da espiritualidade e da oração promovido pelas novas comunidades e movimentos em geral, é condição indispensável para a igreja no atual estágio de urbanização. A ênfase na espiritualidade tem sido a responsável pela superação de grande parte da burocracia presente nas estruturas eclesiais. Logo, espiritualidade e renovação paroquial estão entrelaçados. Se sonhamos com uma instituição paróquia mais mística e menos institucionalizada, investir na atual sede de espiritualidade é a ordem do dia. Renovar a paróquia a partir da espiritualidade é a estratégia pastoral mais fidedigna ao Evangelho, fugindo assim da tentação de entrar na lógica do mercado religioso, nas ofertas de bens de consumo. O espírito ecumênico, tão desejado pelo Vaticano II, é igualmente fruto do cultivo da espiritualidade.

Espiritualidade aqui deve ser entendida numa dimensão muito mais holística, ou seja, integral, que leve em consideração o emocional, o somático, o

ecológico, em fim, uma espiritualidade cotidiana<sup>90</sup>. A espiritualidade das novas comunidades, ao valorizar a pessoa também em sua subjetividade e corporeidade, podem lançar luzes no resgate de uma espiritualidade mais integral.

Ao redescobrir o valor da Palavra de Deus, que ilumina a vida e a história, as novas comunidades desafiam a paróquia a superar certa mentalidade sacramentalista presente em suas organizações pastorais. Maior intimidade com a Palavra, possibilidade de partilha e reflexão é o caminho da superação de uma instituição entendida como prestadora de serviços.

A proposta da formação de pequenos grupos, necessária para a concretização da vivência comunitária, já é desde seu início uma realidade nas novas comunidades, através dos quais se consegue quebrar a massificação, possibilitando o conhecimento mútuo e relações mais afetivas. Elas, como os demais grupos que surgem hodiernamente insistem na informalidade estrutural. A exemplo delas, a ação pastoral paroquial deverá promover, conforme já abordado, a criação de diversos e pequenos grupos a fim de superar o nível funcional para relações pessoais, sem a qual não haverá comunidade eclesial

A utilização de novas técnicas de evangelização bem como a facilidade de se fazerem presentes em diversos ambientes sociais são um incentivo à instituição paroquial a renovar seus meios de evangelização e a despertar para a criatividade missionária, sobretudo no que diz respeito a uma presença mais efetiva e afetiva em ambientes de difícil penetração.

Enfim, muitos outros aspectos poderiam ser abordados no confronto entre novas comunidades e instituição paroquial. Fundamental é que os responsáveis pela vida das paróquias estejam atentos às novas experiências religiosas que estão surgindo atualmente, que sem sombra de dúvida, tem uma palavra a dar à reforma paroquial.

Julgamos ser importante fazer menção a algumas respostas obtidas no trabalho de campo, quando perguntamos pela estrutura paroquial, na opinião de cada entrevistado. Tais respostas, ainda que não estejam ausentes do risco do subjetivismo, são provocativos.

---

<sup>90</sup> Cf. BOFF, C. “Perspectiva da Experiência religiosa para o novo milênio”, op. cit., *In*: ANJOS M. F. (org.). *Sob o fogo do Espírito*, op. cit., p. 331ss.

Vejo um avanço em nossas paróquias, de forma geral, uma preocupação em atender melhor, embora tenha que melhor muito. O fato de as igrejas ficarem fechadas é ruim, uma igreja que fica fechada a semana inteira e só abre ao domingo esta dizendo que não estou aberta pra você (S. F)

Vejo as paróquias bem estruturadas, porém de modo geral fala levar as pessoas a uma experiência maior com Jesus Cristo. “Mas às vezes o que falta é levar as pessoas a terem uma experiência mais forte com a própria pessoa de Jesus cristo. Acho que falta um anúncio mais explícito, uma catequese mais esclarecedora (J. K. O)

As paróquias são ainda o meio principal da vivência da fé para muitos cristãos, mas falta nelas um acompanhamento pessoal mais eficaz (R. F.)

A paróquia é importante para a vida de fé de muitos cristãos, mas a grande diferença das comunidades está no sentido de pertença que gera responsabilidade. Nas paróquias faltam um maior acompanhamento pessoal e eficaz (S. P. M.)

### **3.7**

#### **Tensões não resolvidas na busca da renovação paroquial**

##### **3.7.1**

##### **Território**

O caminho percorrido até aqui mostrou-nos a necessidade de renovação da paróquia. Alguns caminhos foram apontados, outros exigem criatividade para novas descobertas. Outros ainda esbarram em questões jurídicas, dificultando com isso um avançar para águas mais profundas. São questões de certa forma já acenadas ao longo do trabalho que merecem ser retomadas aqui. Trata-se de tensões relacionadas ao também já mencionado dilema da distancia existente entre os paradigmas que regem a lógica do mundo urbano e dos da ação pastoral. Enquanto que estabilidade, eternidade, territorialidade são paradigmas da pastoral eclesial, mobilidade, efemeridade, desterritorialização, mobilidade são os pressupostos sob os quais gira o mundo urbano.

Em oposição ao atual contexto urbano, essencialmente desterritorializado e avesso à estabilidade, a atual configuração paroquial esbarra no dilema de sua jurisdição territorial. Reside aqui sem sombra de dúvida a principal tensão

paroquial, tensão essa que torna o anúncio de Jesus Cristo mais lento à cultura urbana.

Com o advento da urbanização a dimensão territorial é transformada significativamente. Quanto maior a urbanização, tanto maior a mobilidade e a desvinculação com o território ou espaços delimitados. A facilidade de locomoção permite romper com as relações tradicionais. Os limites jurídicos não só são ultrapassados com também diversas cidades coexistem dentro de uma mesma cidade. Urge distinguir território geográfico e território sociocultural, pois, hoje, em condições históricas diferentes, o sujeito constrói sua identidade prescindindo do território<sup>91</sup>.

Nesta lógica, as atuais experiências de Igreja se dão muito mais a partir da proximidade de interesses do que pelos critérios geográficos, sem falar da multiplicação das pertencas simultâneas.

Verifica-se hoje uma nova relação paróquia-território. A paróquia já não é mais o centro simbólico de um determinado espaço territorial. Pratica-se a religião em nível de cidade: participa-se na missa numa determinada Igreja, confessa-se em outra, forma-se um grupo de partilha numa terceira e assim por diante.

A paróquia por sua vez é uma instituição estruturada dentro da dinâmica territorial, isto é, uma comunidade que se identifica com o território onde vivem seus membros. O critério de ereção de uma paróquia ainda é o territorial. Dito diferente, a paróquia está constituída a partir de um território determinado, aos cuidados de um pároco, responsável pelos seus paroquianos, a eles deve administrar os sacramentos. Desconsidera-se com que as fronteiras não dizem mais muito, vigorando agora o princípio da mobilidade. Esquece-se igualmente as motivações religiosas pessoais e subjetivas, o lugar onde a pessoa foi iniciada na fé, o grau de identificação e outras questões que na sociedade atual determinam o cotidiano.

Torna-se claro, portanto, a distância existente entre esses dois princípios, cuja tensão é inevitável: o da organização pastoral eclesial e a sensibilidade sociorreligiosa urbana. Tal descompasso contribui para o esvaziamento comunitário, daí as tão comuns reclamações dos párocos: ‘os católicos do bairro

---

<sup>91</sup> Cf. AMADO, J. P. “Experiência eclesial em mundo urbano” (2ª parte), op. cit. *In: Atualidade Teológica*, v. 9, op. cit., p. 161.

não freqüentam a paróquia’; as missas das segundas-feiras, ligadas ao culto dos mortos, estão mais cheias que as de domingo, Dia do Senhor’, ‘as missas de cura e libertação estão proporcionalmente mais cheias que muitas missas dominicais’; as seitas estão levando nossa gente’<sup>92</sup>.

Sem a percepção de tal mudança sociocultural-religiosa e abertura a uma nova configuração e modelos que levem em conta o novo modo de lidar com o território, tornam-se inúteis os esforços de revitalização eclesial. Se teologicamente é irrenunciável a experiência e pertença comunitária, pastoralmente não deveria a Igreja, no atual contexto urbano, incentivar experiências socioculturais, mais do que territoriais, que possibilitem a experiência comunitária e o encontro com Jesus Cristo?<sup>93</sup>. Se o alargamento territorial ajuda na formação de novas comunidades e na vivência eclesial, não seria prudente relativizar o geográfico? “O indispensável é o senso de pertença, não importando se ele ocorre no território de residência ou em outro lugar ... Para a vivência comunitária, a estabilidade é condição indispensável. A territorialidade geofísica, não”<sup>94</sup>.

Obviamente o território conserva sua importância, ao visibilizar a Igreja encarnada num determinado lugar, que permite a inclusão de todos os batizados, independente da raça, condição social, sexo, idade<sup>95</sup>, mas não estaria na hora de romper os limites geográficos, onde for preciso, e investir em ‘centros de irradiação’, na criação de pólos de evangelização, com um olhar mais atento aos grupos humanos, como por exemplo, instituições recreativas, profissionais, econômicos? Embora o Código de Direito Canônico, no can 518 permita a ereção de paróquias a partir da língua, rito, nacionalidade, a questão territorial ainda é determinante.

Cientes dos perigos de cair num gueto comunitário, a pastoral urbana não deveria se organizada muito mais em função das pessoas do que do território, sobretudo se quisermos investir na priorização à pessoa? Porque não possibilitar a criação de ‘paróquias ambientais’, isto é, estruturas eclesiais comunitárias que

<sup>92</sup> Cf. AMADO, J. P. A Igreja & comunidade (texto não publicado).

<sup>93</sup> Cf. AMADO, J. P. “Experiência eclesial em mundo urbano”(2º parte), op. cit. *In: Atualidade Teológica*, v. 9, p. 161.

<sup>94</sup> *Ibid.*, p. 164.

<sup>95</sup> Cf. PAYÁ, M. *Paróquia, comunidade evangelizadora*, op. cit., p. 66.

levem em conta os fatores socioculturais, o pluralismo cultural, a mobilidade, os interesses e afinidades?

Portanto, uma tensão não resolvida na renovação paroquial diz respeito os critérios de ereção de uma paróquia, que devem ir além dos critérios geográficos. ‘Laços socioculturais’ e ‘laços territoriais’ devem se completar e serem levados a sério na nova configuração paroquial<sup>96</sup>. Contudo, ainda esbarram em questões jurídicas canônicas e ideológicas.

Ainda relacionado à territorialidade, outra tensão diz respeito à predominância, senão exclusividade de modelos unívocos de paróquia, diante de uma sociedade plural e setorizada. Neste sentido essencial é a liberdade para a existência de diversos modelos paroquiais. É fantasia imaginar que modelo único de paróquia consiga atender a diversidade sociocultural, as diferentes tendências, modos de pensar, dentro de um mesmo território.

Por que não investir em especialização de paróquias, em determinadas frentes de evangelização, como por exemplo, religiosidade popular, outro paroquial que invista no catecumenato, na ação social... Num mundo fragmentado e pluralista, as paróquias não precisam nem devem ser todas iguais. Urge passar “de uma Igreja monolítica ao pluralismo”<sup>97</sup>.

O sucesso da renovação paroquial em muito dependerá de uma realidade flexível, segundo as tendências urbanas e exigências do homem de hoje. Depende igualmente de mudança de mentalidade para não compreender de modo unilateral a atual lógica de pertença socioeclesial. Há hoje diferentes modos de ser católico. Resulta daí a impertinência de modelos eclesiais uniformes numa realidade pluralista. Estruturas eclesiais diversificadas, pluralismo intra-eclesial, são imprescindíveis para que se possa acolher as diversas expectativas e tendências existentes nos contextos urbanos.

<sup>96</sup> Cf. AMADO, J. P. “Experiência eclesial em mundo urbano” (2ª parte), op. cit. In: *Atualidade Teológica*, v. 9, op. cit., p. 163 ss.

<sup>97</sup> CALAMAN C. ANTONIAZZI, A. “A Pastoral Católica: do primado da instituição a primado da pessoa”. In: FABRI, M. A. (org.). *Sob o fogo do Espírito*, op. cit., p. 257.

### 3.7.2 Ministérios

Muitas tensões decorrem da atual configuração ministerial da Igreja. Começamos pela Eucaristia. Na eucaristia fundamenta-se toda a vida da Igreja. É ela fonte e climax de toda a vida cristã”, pois expressa, “ a unidade de todo o povo de Deus” LG 11. Nas Igrejas locais, graças à Eucaristia, “esta presente Cristo, por virtude do qual se congrega a Igreja uma, santa, católica e apostólica” LG 26. “Reunida e alimentada pela Palavra e pela Eucaristia, a Igreja Católica existe e se manifesta em cada Igreja local em comunhão com o Bispo de Roma” (ChL 85).

Em contrapartida, constata-se hoje a falta de Eucaristia em milhares de comunidades. Aparecida mostra sua preocupação diante de tal realidade: “preocupa-nos a situação de milhares dessas comunidades privadas da Eucaristia dominical”; “o número insuficiente de sacerdotes e sua não equitativa distribuição impossibilitam que muitíssimas comunidades possam participar na celebração da Eucaristia” (DA.100)

A proposta de multiplicação de comunidades, para que a paróquia se torne uma ‘comunidade de comunidades’ esbarra inegavelmente em tal questão. Já Schillebeeckx havia se debruçado sobre esta realidade. Partindo da verdade de que a Eucaristia é o cerne e o coração das comunidades, o autor julga absurdo as comunidades eclesiais serem privadas da celebração eucarística por falta de sacerdotes. A celebração da palavra, muito freqüente nas comunidades, devido a ausência dos padres, por mais que tenha seu valor eclesial e pastoral, não substitui a celebração eucarística. O fato de trazer o Santíssimo de fora, a hóstia já consagrada, contribui para uma compreensão mágica da eucaristia. Através de um resgate histórico, o autor recorda que não há fundamentação bíblica para o monopólio da celebração eucarística nas mãos do clero.

Em parte alguma do Novo Testamento estabelece-se um nexos formal entre o ministério eclesiástico e a presidência da Eucaristia. Com isso, porém, não foi dado absolutamente a qualquer fiel poder presidir, a seu arbítrio, à Eucaristia. Nas comunidades domésticas em Corinto, eram os senhores hospedeiros que presidiam à celebração da Eucaristia; estes,

porém, eram, ao mesmo tempo, também presidentes dessas comunidades domésticas<sup>98</sup>.

O autor continua:

Na Didaqué são os profetas e doutores que presidem a Eucaristia. De modo geral quem dirige a comunidade também preside a Eucaristia. “Não é aquele que possui o ‘poder da Ordem’ que pode presidir a comunidade e, por isso mesmo, à Eucaristia, mas é o dirigente, designado ou aceito pela comunidade, que, por essa inserção, numa determinada comunidade, recebe todas as faculdades que são necessárias para a direção duma comunidade cristã”<sup>99</sup>.

Schillebeeckx propõe ministros extraordinários da eucaristia (em casos de necessidade urgente), como acontece com outros sacramentos, ou seja, pessoas comprometidas com a comunidade, de bom testemunho que possam presidir a eucaristia, evitando assim que a comunidade esta privada da eucaristia. O autor busca a fundamentação teológica.

O caráter pneumático, profético, e apostólico da comunidade de fé cristã em seu conjunto (baseado no batismo no Espírito) é o fundamento primordial, ontológico, que alicerça o ministério, e que por conseguinte, em circunstâncias de exceção, serve de base igualmente, ao lado do ministério ordinário, a um ministério de exceção exercido em circunstâncias excepcionais<sup>100</sup>.

Ou o ministério do diaconato recebe um conteúdo completamente novo ou é necessário um quarto ministério, conferido aos agentes de pastoral, com a imposição das mãos e a epiclesse apropriada, diferenciada da ordem.

Contudo, tal proposta não significa que o ministério da ordem não esteja abolido. Sua proposta diz respeito às necessidades, por isso ministros extraordinários. O que está em jogo é a necessidade de formas alternativas de ministérios. Se as comunidades apostólicas organizavam os ministérios de forma flexível e variada, de acordo com a necessidade de cada comunidade, está aí um exemplo para as nossas comunidades se organizarem hoje, de acordo com as necessidades.

<sup>98</sup> SCHILLEBEECKX, E. “A comunidade cristã e seus ministros”. In: *Concilium*. Petrópolis: Vozes, n. 153, 1980, p.113.

<sup>99</sup> SCHILLEBEECKX, E. *Por uma Igreja mais humana: identidade cristã dos ministérios*. São Paulo: Paulinas, 1989, p. 188

<sup>100</sup> *Ibid.*, p. 366.

Na mesma linha de pensamento podemos apontar a obra de Lobinger, “Padres para amanhã”<sup>101</sup>, que aborda a nevrálgica questão dos ministérios eclesiais. O autor, entre outras teses, defende, com base bíblica e teológica, a introdução de um novo tipo de presbítero, que ele chama de ‘presbíteros coríntios’. Não precisam ser celibatários, mas formados em nível de diocese, exerçam o ministério em tempo parcial, formando uma rede de presbíteros. Seriam pessoas escolhidas pela própria comunidade para serem ordenados, seriam líderes locais. Não substituiriam nem concorreriam com os padres tradicionais, que ele chama de diocesanos ou paulinos. Esses não estariam preso a nenhuma comunidade, auxiliariam a todas, mais ligados ao bispo, formando uma ‘rede de comunidades’, ou ‘consorcio paroquiais’. Percebe-se tratar de uma nova reformulação da estrutura ministerial.

Na mesma perspectiva deva-se pensar um maior aproveitamento de ex-padres, ex seminaristas, religiosos que muito tem a contribuir com a Igreja, e certamente muitos deles ardentes de desejo de contribuir com ela.

Contudo percebe-se que a hierarquia da Igreja não se vê muito corajosa e motivada a por tal proposta em debate. Embora tenhamos abordado unicamente a questão da Eucaristia, importante é que se pense com urgência a estrutura ministerial eclesial.

Outra tensão ainda não resolvida diz respeito aos chamados ‘casos difíceis’ como, por exemplo, casais em segunda união. O papel e a participação deles numa paróquia renovada precisam ser revistos.

Questão fundamental a ser repensada está na participação ativa dos leigos também nas decisões da vida paroquial. O ser urbano hoje, consciente de sua liberdade tem sede de participação. Há sem dúvida um desinteresse por instâncias construídas sem sua participação. A implicância está na necessidade de nova modalidade de governo eclesial, de conselhos no exercício da administração paroquial. Direito de voz e decisão dos leigos não deveriam estar garantido no estatuto da paróquia?

O Vaticano II pedia participação dos féis na liturgia (SC 14), e no governo da igreja tanto em nível paroquial (LG 37), como em nível diocesano CD 27. O problema de todas essas questões reside ainda no clericalismo reinante, já

---

<sup>101</sup> Cf. LOBINGER, F. *Padres para amanhã: uma proposta para comunidades sem Eucaristia*. São Paulo: Paulus, 2007.

abordado ao longo do trabalho. Teologicamente o padre não é o centro mas vive como se fosse. Na mentalidade de não poucos padres existe a idéia 'aqui quem manda sou eu'.

Muitas outras tensões são igualmente realidades presentes na Igreja, contudo o limite do trabalho não nos permite uma abordagem mais completa das mesmas. Importa perceber que ou as mudanças aconteçam em todas as instâncias, a começar pela mentalidade, ou o esforço de renovação não terá resultados esperados por todos que somos filhos do mundo urbano.